



Durante o período que ficou conhecido como União Ibérica, de 1580 a 1640, o Brasil começa a produzir, ainda de forma rudimentar, sistemas de fortificação, devido à necessidade de proteção ante aos inimigos da coroa espanhola, agora também, inimigos da coroa portuguesa. O primeiro encontro militar na Barra Grande aconteceu por causa de Edward Fenton, um inglês, que em 1583 chegou a Santos, um dos destinos de abastecimento mais importantes para quem rumava ao estreito de Magalhães. Enquanto fazia comércio com os santistas, a Frota de Fenton foi atacada por naus espanholas que iam rumo ao estreito de Magalhães. Tal incidente levou Andrés Eguino, contador e responsável pela armada que expulsou Fenton, a ordenar a construção de um forte na entrada da Barra Grande de Santos, aproveitando da artilharia e materiais da Santa Maria de Begônia, uma das naus que participara do confronto e que, agora, estava destruída. A tripulação da nau foi deixada guarnecendo o forte.

O engenheiro militar responsável pelo forte era o italiano Bautista Antoneli, que permaneceu no forte coordenando a obra junto com a tripulação da nau Begônia. A fortaleza deveria, além de ser uma defesa contra naus inglesas e holandesas, ser também um símbolo da coroa de Felipe II da Espanha (Felipe I de Portugal) impondo a dinastia de Habsburgo aos vicentinos. A planta do edifício dos quartéis foi projetada para abrigar cerca de cem soldados de Flores Maltez, que tinha como matriz a tipologia das vilas renascentistas, o partido era semelhante ao forte de Bertioga, bem como das denominadas, “casas bandeirantes.” A impressão de um olhar externo a fortaleza, logo percebe que a topografia foi um elemento muito determinante para o projeto, como foi indagado por Júlio Katinsky e Fernanda Fernandes, a tipologia dessa construção

não tinha uma organização espacial focada na geometria, o que leva a questão de qual foi o motivo da escolha desse lugar acidentado, se para um partido renascentista o terreno plano era mais apropriado? Como exemplo dessa viabilidade tem-se o Forte do Crasto, projetado por João Massé em 1714, no lado Santista da Barra Grande. Como resposta à indagação anterior, revela-se a hipótese do “Estilo Antoneli”, graças à observação de inúmeros projetos no Caribe que seguiam este estilo, percebe-se que as baterias sobrepostas são características proveitosas para a Fortaleza da Barra, visto que fornecem possibilidade para tiros de “Mergulhão” e “Rasantes”.

No Início do século XVII os investimentos da coroa se dirigiram para o nordeste em retaliação às invasões holandesas no local, fazendo com que a capitania de São Vicente ficasse apenas regida por senhores e alguns poucos soldados. Foi só com a retomada da coroa portuguesa (1640), da partida dos holandeses (1654) e da descoberta de ouro na capitania de São Vicente (1698) que o Capital da metrópole voltou a circular por esta região.

Foi no Início do século XVIII, mais especificamente em 1710, que João Massé finalmente teve sua petição para edificar o forte de Crasto aceita, forte este que ficava defronte à fortaleza da Barra e seguia o mesmo partido, como dito anteriormente, faziam, portanto, uma linha de fogo cruzado, por este e outros motivos que João Massé foi o mais importante personagem na consolidação da defesa militar da capitania no período colonial, pois além da construção do Crato e da modernização da Fortaleza da Barra, também consolidou na região os conceitos de Vauban, onde os fortes faziam um complexo sistema de defesa e não eram apenas pontos isolados de proteção. Com relação à reforma da fortaleza da Barra Grande no séc. XVIII, Massé pretendia manter a “Casa Forte” como estava, porém, modernizar e ampliar todas as outras estruturas, para tal, 4.000 cruzados anuais eram enviados do Rio de Janeiro para São Paulo para as obras da fortaleza. Contudo, graças à atrasos no pagamento por parte do Rio de Janeiro e pelos ataques espanhóis à região de Sacramento fez as obras serem paralisadas até a vinda do Brigadeiro Silva Paes que vinha para fiscalizar as obras da região da

Barra Grande, contudo, Silva Paes se limitou a projetar a nova casa de pólvora no alto do morro, atrás da atalaia e mandou prosseguir com os projetos de Massé. Em 1765, o governador D. Luiz Antônio de Souza Mourão, o Morgado de Mateus, iniciou a remodelação no sistema de defesa do Porto de Santos, Concretizando a Cortina da Fortaleza da Barra Grande e mandando projetar um **Fortim na Praia do Góes**, cuja planta possuía uma cortina de madeira em forma curvilínea voltada para o canal, mas em 1766, Dom Luiz resolveu mudar o traçado para uma configuração trapezoidal feito de pedra e cal. Em 1768 o governador o sargentomor Manoel C. Zuninga para examinar a fortaleza de Santo Amaro para executar um reparo que só foi executado em 1793, pelo pedreiro Manoel Lopes. Com o tratado de São Idelfonso assinado em 1777 por Portugal e Espanha que definia as fronteiras do Brasil até onde, hoje, é o Rio Grande do Sul, a atenção militar da coroa passou a se virar contra as revoltas internas, inspiradas na Revolução Francesa e na independência dos Estados Unidos, desta forma, no final do séc. XVIII, pouco foi feito nas fortalezas Santistas. Com a invasão das tropas napoleônicas em Portugal no início do séc. XIX e a vinda da família real portuguesa para o Rio de Janeiro, o Brasil se tornou naquele período a Metrópole do Império Ultramarino Português. Desta forma a Política de defesa Costeira Brasileira voltou a ser relevante, desta vez contra os “Navios que carregavam os ideais da revolução”. Em 1809 o engenheiro João da Costa Ferreira recebeu ordens para ir para Santos substituir todos os reparos das artilharias para carretames navais. Em 1860 as muralhas da fortaleza da Barra Grande foram rebocadas e caiadas, mas reformas ainda eram necessárias no quartel, no edifício religioso e a Casa de Pólvora ainda estava sem piso de tijolos, no ano seguinte o forte da estacada, então chamado Forte Augusto, já estava desativado. Em 1886 o Fortim do Góes estava desarmado. A última obra aconteceu em 1894 na reforma inacabada do quartel, onde o telhado colonial fora substituído por um novo, mais alto e coberto com telhas francesas.

No final do séc. XIX já havia programação de um novo plano de defesa de Santos graças à Ferrovia Inglesa e as modernizações do sistema portuário de Santos, se faziam necessárias mudanças já que a artilharia da Fortaleza da Barra

Grande e do Forte Augusto se encontrava antiquada. Em 1897 a comissão para defesa do porto de Santos trabalhava com a hipótese de duas linhas de defesa. A primeira na entrada da baía de Santos composta por três fortificações assentadas no Itaipu, na ilha das Palmas e um forte marítimo no meio da Baía. A Segunda bateria seria com a fortaleza de Santo Amaro (que havia um plano para ser demolida), uma na foz do rio Santo Amaro e a outra na ilha de Santos. Segundo um Relatório em 1897 do capitão Érico Augusto de Oliveira a antiga Fortaleza da Barra seria demolida e substituída por um forte retangular, felizmente, esse projeto foi abandonado pela comissão de Defesa do Porto. Em abril de 1905 a Fortaleza da barra foi desarmada após 312 anos de atividade e foi substituída no papel de defesa da entrada de Santos pela fortaleza do Itaipu. A Antiga Fortaleza do Crasto, Estacada e, posteriormente chamada Augusto foi demolida no início do séc. XX, e em seu lugar foi construída a escola de Aprendizes de Marinheiro, onde hoje, funciona o museu de pesca de Santos. Deste ponto em diante a fortaleza somente sofreu ocupações provisórias e em 1964 foi tombada pelo IPHAN como monumento nacional somente em 1993 que foi dado início ao processo de recuperação, com uma parceria entre o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a **Universidade Católica de Santos** e a Prefeitura de Guarujá. Houve críticas e apoios com relação às propostas de restauro até a apresentação pública do anteprojeto de restauro pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de Santos (FAUS), projeto este que hoje rende quase unanimidade em aprovação do Partido Arquitetônico. Este partido foi coordenado pelo professor Antonio Luiz Dias de Andrade do IPHAN, em colaboração com o arquiteto Victor Hugo Mori e tem base na primeira proposta de restauro da fortaleza, de autoria do arquiteto Lúcio Costa.

Embora o Partido tenha sido aceito ainda havia algumas polêmicas com relação á questão do restauro, que eram derivadas de discussões já bem fomentadas na Europa, alguns defendiam a Ideia Romântica onde a fortaleza deveria permanecer em ruínas, enquanto outros diziam que ela deveria ser restaurada em sua forma original como prevista por Batista Antonelli, no séc. XVI. O melhor exemplo dessas polêmicas é William Morris, seguidor do

pensamento de Ruskin de definição do conceito moderno de preservação cultural “The Anti-Restoration Movement”, pautado na crença que organizada e conscientizada daria eficácia à uma política preservacionista. O Arquiteto Gustavo Ferreira sintetiza o pensamento de Morris da seguinte forma “reparar ao invés de restaurar, prevenir para não ter que remediar”. Em contrapartida a estes pensamentos Viollet-Le-Luc, na França Propõe os fundamentos do restauro moderno, “Restaurar um monumento não é apenas reconstituí-lo, restaurá-lo ou refazê-lo, mas restabelecer um estado completo que pode jamais ter existido”, ou seja, criar um modelo idealizado da obra anterior. Há ainda também as noções de “restauro Científico” que exigem uma postura de quase neutralidade do arquiteto em relação ao monumento.

Tendo estes pensamentos como base e como críticas, o projeto de restauro desenvolvido buscou manter a hierarquização militar dos espaços, procurou executar de forma discreta uma estrutura em aço corten que parece quase tocar as superfícies antigas, porém afasta-se respeitosamente até cobrir um vão protegido de quase 40 metros, não buscou imitar o passado, mas respeitá-lo enquanto traz a contemporaneidade ao edifício, foi um projeto do Mestre Lúcio Costa que foi amadurecido por mais de 50 anos e foi entregue à participação de todos.

